ORGANIZAÇÃO EM DIFERENTES NÍVEIS E PROGRAMA ANARQUISTA

ERRICO MALATESTA

Nossas Referências

OSL

FOICE

Ⓒ COPYLEFT
É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Edição, revisão e preparação:
ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA (OSL)

Projeto gráfico, diagramação e capa:
MAYCON MACIEL

Organização Socialista Libertária (OSL)
www.socialismolibertario.net

SUMÁRIO

Nossas Referências **5**

ERRICO MALATESTA

Organização em Diferentes Níveis **7**

A Organização I 9
A Organização II 17
A Organização III 27

Programa Anarquista (1899/1920) **35**

Nossas Referências

Nossas Referências é o nome da coleção de textos selecionados pela Secretaria de Formação Política da **Organização Socialista Libertária (OSL)**. Com contribuições de anarquistas e organizações anarquistas de diferentes épocas, essa coleção serve para orientar a discussão teórica da militância da **OSL**, e também de outras pessoas que tenham interesse nos temas abordados. Trata-se de um material de referência para a organização, cuja concordância com suas linhas gerais não implica necessariamente acordo absoluto. Esse material certamente não esgota todas as demandas teóricas organizacionais, mas constitui um bom ponto de partida para subsidiar os aprofundamentos necessários.

Boa leitura!

"A Organização" (a série, com os textos I, II e III) foi digitalizado a partir das versões publicadas em 2020 no portal Última Barricada. Traduções de João Black. Edições realizadas e colchetes inseridos por aqueles responsáveis pela seleção desse material.

Errico Malatesta

ORGANIZAÇÃO EM DIFERENTES NÍVEIS

Errico Malatesta

A ORGANIZAÇÃO I: A ORGANIZAÇÃO COMO PRINCÍPIO E CONDIÇÃO DA VIDA SOCIAL (1897)

Há anos que, entre os anarquistas, se discute muito essa questão. E, como acontece muitas vezes, quando entra a paixão numa discussão e a busca da verdade dá lugar à teimosia em ter razão, ou quando as discussões teóricas não passam de uma tentativa de justificar uma conduta prática inspirada por outros motivos, produz-se uma grande confusão de ideias e de palavras.

Recordemos, de passagem, só para limpar o terreno nesse ponto, as frases de efeito que, por vezes, atingiram o mais alto cúmulo do ridículo, como por exemplo: "não

queremos a organização, mas a harmonização"; "somos contrários à associação, mas admitimos o entendimento"; "não queremos secretário e tesoureiro, porque são coisas autoritárias, mas encarregamos um companheiro para manter a correspondência e outro para guardar o dinheiro"; passemos à discussão séria.

Entre os que reivindicam, com adjetivos vários ou sem adjetivos, o nome de anarquistas, duas frações existem: os partidários e os adversários da organização.

Se não podemos chegar a pôr-nos de acordo, procuremos ao menos compreender-nos.

Antes de tudo distingamos, pois a questão é tripla: a organização em geral como princípio e condição da vida social, hoje e na sociedade futura; a organização do partido anarquista; e a organização das forças populares e especialmente a das massas operárias para a resistência contra o governo e contra o capitalismo.

A necessidade da organização na vida social — direi que organização e sociedade são quase sinônimos — é coisa tão evidente que custa a crer como se tenha podido negá-la.

Para se dar conta disso, é preciso recordar qual é a função específica, característica do movimento anarquista; e como os homens e os partidos estão sujeitos a deixar-se absorver pela questão que mais diretamente lhes diz respeito, esquecendo-se de todas as questões a ela relacionadas, a olhar mais a forma do que a substância e, enfim, a ver as coisas somente por um lado e, assim, perder a justa noção da realidade.

O movimento anarquista começou como reação contra o espírito de autoridade, dominante na sociedade civil, assim como em todos os partidos e todas as organizações operárias, e foi engrossando pouco a pouco com

todas as revoltas contra as tendências autoritárias e centralizadoras.

Era natural, então, que muitos anarquistas, quase hipnotizados por essa luta contra a autoridade, considerassem, por influência da educação autoritária recebida, a autoridade como alma da organização social. E que, para se combater a autoridade, fosse necessário negar e combater a organização.

E realmente essa hipnotização chegou ao ponto de fazer sustentar coisas verdadeiramente incríveis.

Combateu-se todo o tipo de cooperação e de entendimento, considerando que a associação é a antítese da anarquia; sustentou-se que, sem acordos, sem obrigações recíprocas, cada um fazendo o que lhe passar pela cabeça, sem sequer se informar do que fazem os outros, tudo haveria de se harmonizar espontaneamente; que anarquia significa que cada homem deve bastar a si próprio e fazer por si tudo o que necessitar, sem troca e sem trabalho associado; que as ferrovias podem funcionar perfeitamente sem organização, e até que isto já acontecia na Inglaterra(!); que o correio não é necessário, e que quem de Paris quiser escrever uma carta para S. Petersburgo... pode levá-la pessoalmente(!) etc.

Mas são tolices, dir-se-á, que não valem a pena discutir.

Sim, mas essas tolices foram ditas, impressas, propagadas; foram acolhidas por grande parte do público como a expressão genuína das ideais anarquistas, e servem sempre como arma de combate aos adversários, burgueses ou não burgueses, que querem ter sobre nós uma vitória fácil. E, ainda, essas *tolices* não deixam de ter o seu valor, na medida em que são a consequência lógica de certas premissas e que podem servir de contraprova experimental da verdade ou não de tais premissas.

Alguns indivíduos de mente limitada, mas providos de forte espírito lógico, quando aceitam premissas, logo extraem delas todas as consequências até que, por fim, se assim quer a lógica, chegam imperturbáveis aos maiores absurdos, à negação dos fatos mais evidentes. Há, porém, outros, mais cultos e de espírito mais amplo, que encontram sempre uma maneira de chegar a conclusões mais ou menos razoáveis, ainda que ao preço de maltratar a lógica. Para estes, os erros teóricos têm pouca ou nenhuma influência sobre a conduta prática. Mas, em suma, enquanto não se renuncia a certos erros fundamentais, sempre se está ameaçado pelos silogismos exagerados, e se volta ao início.

E o erro fundamental dos anarquistas adversários da organização é crer que não é possível organização sem autoridade — e, admitida tal hipótese, preferir renunciar a qualquer organização do que aceitar a mínima autoridade.

Ora, que a organização — vale dizer, a associação para um fim determinado e com as formas e os meios necessários para atingir este fim — é coisa necessária à vida social, parece-nos evidente. O homem isolado não pode viver nem sequer a vida do bruto: ele é impotente (salvo nas regiões tropicais, e quando a população é excessivamente rara) para obter o alimento; e o é sempre, sem exceções, para se elevar a uma vida um pouco superior à dos animais. Tendo então que se unir aos outros homens, aliás, achando-se com eles unido em consequência da evolução antecedente da espécie, ele deve ou sofrer a vontade dos outros (ser escravo), ou a impor a sua vontade aos outros (ser autoridade), ou viver com os outros em fraterno acordo com vista ao maior bem de todos (ser um associado). Ninguém pode se eximir desta necessidade. Os mais excessivos antiorganizadores não só suportam

a organização geral da sociedade em que vivem, mas também nos atos voluntários da sua vida, também nas suas revoltas contra a organização, unem-se, dividem entre si a tarefa, *organizam-se* com aqueles com quem estão de acordo e utilizam os meios que a sociedade põe à sua disposição; sempre, é claro, que se trate de coisas desejadas e feitas a valer e não de vagas aspirações platônicas, de sonhos sonhados.

Anarquia significa *sociedade organizada sem autoridade*, entendendo-se por autoridade a faculdade de *impor* a própria vontade e não o fato inevitável e benéfico de que quem melhor entende e sabe fazer uma coisa consegue mais facilmente fazer aceitar a sua opinião, e serve de guia, nessa determinada coisa, aos menos competentes do que ele.

Para nós a autoridade não só não é necessária à organização social, mas, longe de lhe ser útil, vive sobre ela como parasita, estorva-lhe a evolução, e dirige as suas vantagens em proveito especial de uma dada classe que explora e oprime as outras. Enquanto em uma coletividade há harmonia de interesses, enquanto ninguém tem vontade ou modo de explorar os outros, não há sinais de autoridade; quando vem a luta intestina e a coletividade se divide em vencedores e vencidos, então surge a autoridade, a qual naturalmente é devolvida aos mais fortes e serve para confirmar, perpetuar e aumentar a sua vitória.

Assim pensamos, e por isso somos anarquistas; porque se pensássemos que não pode existir organização sem autoridade, seríamos autoritários, pois preferiríamos ainda assim a autoridade, que bloqueia e atormenta a vida, à desorganização que a torna impossível.

De resto, o que seríamos importa pouco. Se fosse verdade que o maquinista, o condutor e os chefes de

serviço têm de ser forçosamente autoridades, em vez de companheiros que fazem para todos um determinado trabalho, o público preferiria sempre sofrer sua autoridade a viajar a pé. Se o portador de correio não pudesse deixar de ser uma autoridade, todo o homem de mente sã suportaria a autoridade do portador de correio, ao invés de levar pessoalmente as suas cartas.

E então... a anarquia seria o sonho de alguns, mas jamais se poderia realizar.

Errico Malatesta

A ORGANIZAÇÃO II: A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO ANARQUISTA (1897)

Admitida como possível a existência de uma coletividade organizada sem autoridade, isto é, sem coação — e para os anarquistas é necessário admiti-lo porque de outro modo a anarquia não teria sentido —, passemos a falar da organização do partido anarquista.

Também neste caso a organização nos parece útil e necessária. Se partido significa o conjunto de indivíduos que têm um objetivo comum e se esforçam para alcançá-lo, é natural que eles se entendam, unam as suas forças, dividam entre si o trabalho e tomem todas as medidas estimadas necessárias para alcançar esse objetivo. Ficarem isolados, agindo ou querendo agir cada um por sua conta

sem se entender com outros, sem se prepararem, sem unirem num poderoso feixe as débeis forças individuais, significa condenarem-se à impotência, desperdiçar a sua energia em pequenos atos sem eficácia e bem depressa perder a fé na meta e cair na completa inação.

Mas também aqui a coisa parece-nos de tal modo evidente que, em vez de insistirmos na demonstração direta, procuraremos responder aos argumentos dos adversários da organização.

Antes de tudo, apresenta-se a objeção, digamos assim, prévia. "Mas de que partido nos falais?", dizem eles, "nós não somos um partido, nós não temos programa". E por esta forma paradoxal eles pretendem dizer que as ideias progridem e mudam continuamente, e que eles não querem aceitar um programa fixo, que pode ser bom hoje, mas será certamente superado amanhã.

Isso seria perfeitamente justo, se se tratasse de estudiosos que procuram a verdade sem cuidar das aplicações práticas. Um matemático, um químico, um psicólogo, um sociólogo podem dizer não terem programa ou só terem aquele de investigar a verdade: o que eles querem é conhecer, e não *fazer* alguma coisa. Mas anarquia e socialismo não são ciências: são propósitos, projetos que anarquistas e socialistas querem pôr em prática e que, por isso, precisam ser formulados em programas determinados. A ciência e a arte das construções progridem todos os dias; mas um engenheiro que quer construir, ou mesmo demolir alguma coisa, tem de fazer o seu plano, reunir os seus meios de ação e proceder como se a ciência e a arte tivessem parado no ponto em que ele as encontra quando dá início aos seus trabalhos. Pode muito bem acontecer que ele possa utilizar novos conhecimentos adquiridos no decurso do trabalho sem renunciar à parte

essencial do seu plano; e pode suceder também que as novas descobertas e os novos meios criados pela indústria sejam tais que ele se veja na necessidade de abandonar tudo e recomeçar do zero. Mas recomeçando, precisará fazer um novo plano baseado naquilo que se conhece e se possui até ao momento, e não poderá conceber e pôr-se a executar uma construção amorfa, com materiais não compostos, pelo motivo de amanhã a ciência poder sugerir formas melhores e a indústria fornecer materiais mais bem compostos.

Nós entendemos por partido anarquista o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que por isso necessitam fixar um objetivo a atingir e uma via a percorrer; e deixamos de bom grado às suas elucubrações transcendentais os amadores da verdade absoluta e do progresso contínuo, que, nunca expondo as suas ideias à prova dos fatos, acabam por não fazer nada e descobrir ainda menos.

A outra objeção é que a organização cria chefes, autoridades. Se isso é verdade, isto é, se é verdade que os anarquistas são incapazes de se reunir e chegar a acordos entre si sem se submeterem a uma autoridade, isso quer dizer que eles são ainda muito pouco anarquistas e que, antes de pensar em estabelecer a anarquia no mundo, devem pensar em tornarem-se, eles próprios, capazes de viver anarquicamente. Mas o remédio não estaria na não organização, mas na madura consciência de cada membro.

Certamente, se em uma organização se deixa a cargo de poucos todo o trabalho e todas as responsabilidades, se se suporta o que fazem esses poucos sem pôr mãos à obra e procurar fazer melhor, esses poucos acabarão, ainda que não o queiram, por substituir a vontade da coletividade pela sua própria. Se numa organização os membros todos

não cuidam de pensar, de querer perceber, de que lhes expliquem o que não percebem, de exercer sempre sobre tudo e sobre todas as suas faculdades críticas, e deixam a poucos a tarefa de pensar por todos, esses poucos serão os chefes, as cabeças pensantes e dirigentes.

Mas, repetimos, o remédio não está na desorganização. Pelo contrário, nas pequenas como na grande sociedade, à parte a força bruta, que não pode entrar no nosso caso, a origem e a justificação da autoridade estão na desorganização social. Quando uma coletividade tem uma necessidade e os seus membros não sabem organizar-se espontaneamente por si próprios para satisfazê-la, surge alguém, uma autoridade, que satisfaz essa necessidade servindo-se das forças de todos e dirigindo-as como quer. Se as vias públicas são pouco seguras e o povo não sabe defender-se, surge uma polícia que, por qualquer serviço que presta, se faz aguentar e pagar, e impõe-se e tiraniza; se é preciso um produto e a coletividade não sabe entender-se com os produtores de longe para o fazer enviar em troca dos produtos do país, aparece o mercador que aproveita a necessidade que têm uns de vender e os outros de comprar, e impõe os preços que quer aos produtores e aos consumidores.

Vedes o que sempre sucedeu entre nós: quanto menos estávamos organizados, mais nos encontrávamos sob a dependência de algum indivíduo. E é natural que assim fosse.

Sentimos a necessidade de estar em relações com os companheiros de outras localidades, de receber e dar notícias, mas não é possível cada um, individualmente, corresponder-se com todos os companheiros. Se estamos organizados, encarregamos companheiros de manter a correspondência por nossa conta, mudamo-los

se eles não nos satisfazem, e podemos estar informados de tudo sem depender das boas graças de alguém para ter uma notícia; se, ao contrário, estamos desorganizados, haverá um ou outro que terá os meios e a vontade de manter correspondência e centralizará nas suas mãos todas as relações, comunicará ou não comunicará as notícias segundo bem entender e a quem bem entender, e, se tiver atividade e inteligência suficientes, conseguirá à nossa revelia dar ao movimento a direção que quiser sem que a nós, à massa do partido, reste algum meio de controle, e sem que ninguém tenha o direito de reclamar, pois aquele indivíduo age por sua própria conta, sem mandato de ninguém e sem dever prestar contas a ninguém da sua atividade.

Sentimos a necessidade de ter um jornal. Se estamos organizados, podemos reunir meios para fundá-lo e dar-lhe vida, encarregar alguns companheiros da redação, e controlar a sua orientação. Os redatores do jornal dar-lhe-ão certamente, de modo mais ou menos acentuado, o cunho da sua personalidade, mas serão sempre pessoas que escolhemos e que podemos mudar se não nos contentarem. Se ao invés disso estamos desorganizados, alguém que tiver suficiente espírito de empreendimento fará o jornal por conta sua: encontrará entre nós os correspondentes, os distribuidores, os assinantes, e nos fará concorrer para os seus fins sem que os saibamos ou queiramos; e nós, como muitas vezes aconteceu, aceitaremos e apoiaremos esse jornal, ainda que não nos agrade, ainda que o achemos nocivo à causa, porque seremos impotentes para fazer outro que melhor represente as nossas ideias.

De modo que a organização, longe de criar a autoridade, é o único remédio contra ela e o único meio para

que cada um de nós se habitue a tomar parte ativa e consciente no trabalho coletivo, e deixe de ser instrumento passivo na mão dos chefes.

Porque se não se fizer nada e todos ficarem na completa inação, então certamente não haverá nem chefes nem subordinados, nem comandantes nem comandados, mas então acabarão a propaganda, o partido, e até as discussões sobre a organização... E isto, esperamos, não é o ideal de ninguém.

Mas uma organização, diz-se, supõe a obrigação de coordenar a ação própria com a dos outros, logo viola a liberdade, bloqueia a iniciativa. A nós parece que o que verdadeiramente tira a liberdade e impossibilita a iniciativa é o isolamento que reduz à impotência. A liberdade não é o direito abstrato, mas a possibilidade de fazer uma coisa: isto é verdade entre nós, como é verdade na sociedade em geral. É na cooperação com os outros homens que o homem acha os meios para exercer a sua atividade, o seu poder de iniciativa.

Certamente, organização significa coordenação de forças para um fim comum e obrigação para os organizados de não fazer coisas contrárias a este objetivo. Mas quando se trata de organizações voluntárias, quando aqueles que estão na mesma organização têm verdadeiramente o mesmo objetivo e são partidários dos mesmos meios, a obrigação recíproca que compromete todos torna-se vantajosa para todos; e se alguém renuncia a alguma ideia sua particular em consideração à união, isso quer dizer que acha mais vantajoso renunciar a uma ideia, que ademais não poderia realizar sozinho, do que privar-se da cooperação dos outros nas coisas que julga de maior importância.

Se depois um indivíduo acha que nenhuma das organizações existentes aceita as suas ideias e os seus métodos, naquilo que têm de essencial, e que em nenhuma delas pode exercer a sua individualidade como pretende, então fará bem em ficar de fora; mas então, se não quiser permanecer inativo e impotente, tem de procurar outros indivíduos que pensem como ele e fazer-se iniciador de uma nova organização.

Outra objeção, e é a última de que nos ocuparemos, é que estando organizados estamos mais expostos às perseguições do governo.

A nós parece, ao contrário, que quanto mais estivermos unidos tanto mais eficazmente podemos nos defender. E, com efeito, toda vez que fomos surpreendidos pelas perseguições enquanto estávamos desorganizados, puseram-nos completamente em debandada e reduziram a nada o nosso trabalho antecedente; ao passo que, quando e onde estávamos organizados, fizeram-nos mais bem do que mal. E dá-se o mesmo até no que diz respeito ao interesse pessoal de cada um: baste o exemplo das últimas perseguições que atingiram os isolados tanto quanto os organizados, e talvez até mais gravemente. Isto, é claro, para aqueles que, isolados ou não, fazem pelo menos a propaganda individual; pois para os que nada fazem e têm bem escondidas as suas convicções, certamente o perigo é pouco, mas é ainda menos a utilidade que possuem à causa.

O único resultado, do ponto de vista das perseguições, que se obtém estando desorganizados é autorizar o governo a negar-nos o direito de associação e a tornar possíveis aqueles monstruosos processos por associação para delinquir, que ele não ousaria instaurar contra gente que afirma altamente, publicamente, o direito e o fato de

estar associada, ou que, se o governo tal ousasse, resultaria em vergonha para ele e vantagem para a propaganda.

De resto, é natural que a organização tome as formas que as circunstâncias aconselham e impõem. O importante não é tanto a organização formal, mas o espírito de organização. Pode haver casos em que, com o alastrar da reação, seja útil suspender toda a correspondência, cessar toda a reunião: será sempre um dano, mas se a vontade de estar organizado subsistir, se continuar vivo o espírito de associação, se o período anterior de atividade coordenada tiver multiplicado as relações pessoais, produzido sólidas amizades e criado um verdadeiro acordo de ideias e de conduta entre os companheiros, então o trabalho dos indivíduos, mesmo que isolados, concorrerá para o fim comum, e depressa se encontrará maneira de reunir de novo e reparar o dano sofrido.

Somos como um exército em guerra, e podemos, conforme o terreno e as medidas tomadas pelo inimigo, combater em grandes massas ou em ordem dispersa: o essencial é que nos consideremos sempre membros do mesmo exército, que obedeçamos todos às mesmas ideias diretrizes e estejamos sempre prontos a reunir-nos em colunas compactas quando necessário e se possível.

Tudo isso que dissemos é para aqueles companheiros que realmente são adversários do princípio de organização. Àqueles que combatem a organização só porque não querem entrar ou não são aceitos numa determinada organização, e porque não simpatizam com os indivíduos que dela fazem parte, nós dizemos: fazei vós, com os que convosco estão de acordo, outra organização. Nós gostaríamos por certo de caminhar todos de acordo e reunir num feixe poderoso todas as forças do anarquismo; mas não cremos na solidez das organizações feitas

à força de concessões e de subentendidos, onde não haja entre os membros acordo e simpatia reais. Melhor desunidos do que mal unidos. Porém gostaríamos que cada um se unisse com os seus amigos e não houvesse forças isoladas, forças perdidas.

Errico Malatesta

A ORGANIZAÇÃO III: A ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS POPULARES (1897)

Resta-nos falar da organização das massas operárias para a resistência contra o governo e os patrões. Já o repetimos: sem organização, livre ou imposta, não pode haver sociedade; sem organização consciente e voluntária não pode haver nem liberdade, nem garantia de que os interesses dos que vivem em sociedade serão respeitados. E quem não se organiza, quem não procura a cooperação dos outros e não oferece a sua em condições de reciprocidade e de solidariedade, coloca-se necessariamente em estado de inferioridade, e é como roda inconsciente do mecanismo social que outros movem a seu modo — e em sua vantagem.

Os trabalhadores são explorados e oprimidos, porque, estando desorganizados para tudo aquilo que diz respeito à proteção dos seus interesses, são forçados pela fome ou pela violência brutal a fazer como querem os dominadores, em cujo proveito é organizada a presente sociedade, e fornecem eles próprios a força (soldados e capital) que serve para os manter sujeitados. Nem poderão jamais emancipar-se enquanto não encontrarem na união a força moral, a força econômica e a força física necessárias para erradicar a força organizada dos opressores.

Tem havido anarquistas, e ainda restam alguns, que embora reconhecendo a necessidade da organização na sociedade futura e a necessidade de se organizar hoje para a propaganda e para a ação, são hostis a todas as organizações que não têm como fim direto a anarquia e que não seguem métodos anarquistas. E alguns têm se mantido afastados de todas as associações operárias que se propõem à resistência e ao melhoramento de condições na atual ordem de coisas, ou têm se misturado nelas com o propósito declarado de as desorganizar; enquanto que outros admitiram que se podia fazer parte das associações de resistência existentes, mas consideraram quase uma deserção tentar organizar novas.

Parecia a esses companheiros que todas as forças organizadas para um fim não radicalmente revolucionário fossem forças subtraídas à revolução. A nós parece, diferentemente, e a experiência infelizmente já nos deu razão, que esse seu método condenaria o movimento anarquista a uma perpétua esterilidade.

Para fazer a propaganda é preciso estar no meio das pessoas, e é nas associações operárias que o operário encontra os seus companheiros, e em especial aqueles que mais estão dispostos a compreender e aceitar as

nossas ideias. Mas ainda que se pudesse fazer fora das associações tanta propaganda quanta se quer, esta não poderia ter efeito sensível sobre a massa operária. À parte de um pequeno número de indivíduos, mais instruídos e capazes de reflexão abstrata e de entusiasmos teóricos, o operário não pode chegar de imediato à anarquia. Para se tornar seriamente anarquista, e não somente de nome, é preciso que ele comece a sentir a solidariedade que o liga aos seus companheiros, que aprenda a cooperar com os outros na defesa dos interesses comuns e que, lutando contra os patrões e contra o governo que os defende, compreenda que patrões e governos são parasitas inúteis e que os trabalhadores podem conduzir por si próprios a sociedade. E quando tiver compreendido isto, ele será anarquista, ainda que não leve o nome.

Ademais, favorecer as organizações populares de toda a espécie é consequência lógica das nossas ideias fundamentais, e deveria por isso ser parte integrante do nosso programa.

Um partido autoritário, que tem em vista apossar-se do poder para impor as suas ideias, tem interesse em que o povo permaneça uma massa amorfa, incapaz de agir por si e, portanto, sempre fácil de dominar. E por isso, logicamente, não deve desejar mais do que aquele tanto de organização e daquele gênero que importa para chegar ao poder: organização eleitoral, se espera lá chegar pelos meios legais; organização militar, se conta em vez disso com uma ação violenta.

Mas nós anarquistas não queremos *emancipar* o povo; nós queremos que o povo *se emancipe*. Não acreditamos no bem feito de cima e imposto pela força; nós queremos que o novo modo de vida social surja das entranhas do povo e corresponda ao grau de desenvolvimento atin-

gido pelos homens e possa progredir à medida que os homens progridam. A nós importa, portanto, que todos os interesses e todas as opiniões encontrem numa organização consciente a possibilidade de se fazer valer e de influir sobre a vida coletiva em proporção com a sua importância.

Nós tomamos a tarefa de lutar contra a presente organização social e de derrubar os obstáculos que se opõem ao advento de uma nova sociedade, na qual liberdade e bem-estar sejam assegurados a todos. Para alcançar esse fim, unimo-nos em partido e procuramos tornar-nos o mais numerosos e o mais fortes que seja possível. Mas se de organizado só houvesse o nosso partido; se os trabalhadores ficassem isolados como unidades indiferentes umas às outras e só ligados pelo grilhão comum; se nós próprios, além de estarmos organizados em partido enquanto anarquistas, não estivéssemos organizados com os trabalhadores enquanto trabalhadores, nada poderíamos conseguir, ou, no mais favorável dos casos, só poderíamos impor-nos... E então já não seria o triunfo da anarquia, mas o nosso. Então poderíamos chamar-nos anarquistas, mas na realidade não passaríamos de simples governantes, e seríamos impotentes para o bem como o são todos os governantes.

Fala-se muitas vezes de revolução, e com essa palavra pensa-se ter resolvido todas as dificuldades. Mas que coisa deve ser, que coisa pode ser essa revolução que nós invocamos?

Derrubar os poderes constituídos e declarar caducado o direito de propriedade. Está bem: isto pode fazê-lo um partido... E, de novo, é preciso que esse partido, além das suas próprias forças, conte com a simpatia das massas e com uma preparação suficiente da opinião pública.

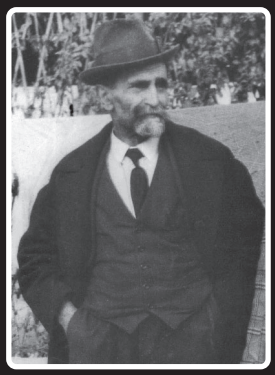
Mas e depois? A vida social não admite interrupções. Durante a revolução — ou, como se queira dizer, insurreição — e logo depois, é preciso comer, vestir, viajar, imprimir, tratar dos doentes, etc., e essas coisas não se fazem por si próprias. Hoje elas precisam ser feitas por obrigação do governo e dos capitalistas, que delas tiram proveito; expulsos o governo e os capitalistas, é preciso que os operários as façam por si em proveito de todos, ou de outro modo sobrevirão, com um nome ou com outro, novos governos e novos capitalistas.

E como poderiam os operários prover às necessidades urgentes, se não estiverem já habituados a reunir-se e a tratar juntos dos interesses comuns, e não estiverem de certo modo já prontos para receber a herança da velha sociedade?

No dia seguinte daquele em que, numa cidade, os negociantes de trigo e os patrões padeiros tiverem perdido os seus direitos de propriedade, e portanto o interesse em abastecer o mercado, é preciso que se encontre nos armazéns o pão necessário para a alimentação pública. Quem pensará nisso, se os padeiros não estiverem já associados e prontos para fazer as coisas sem os patrões, e se, à espera precisamente da revolução, não tiverem pensado antes em calcular as necessidades da cidade e os meios para satisfazê-las?

Não pretendemos com isso dizer que, para fazer a revolução, é preciso esperar que todos os operários estejam organizados. Isso seria impossível, graças às condições do proletariado; e felizmente não é necessário. Mas é preciso pelo menos que existam os núcleos em torno dos quais se possam rapidamente reagrupar as massas, logo que estiverem libertas do peso que as oprime. Porque, se é utopia querer fazer a revolução quando estiverem

todos prontos e todos de acordo, é uma utopia ainda maior querer fazê-la com nada e ninguém. Há uma medida em tudo. Entretanto, trabalhemos para que cresçam o mais possível as forças conscientes e organizadas do proletariado. O resto virá por si.



"Programa Anarquista" foi digitalizado a partir da versão publicada em 2020 no portal Última Barricada. Tradução de João Black. Edições realizadas e colchetes inseridos por aqueles responsáveis pela seleção desse material.

Errico Malatesta

PROGRAMA ANARQUISTA (1899/1920)

Errico Malatesta

PROGRAMA ANARQUISTA (1899/1920)

Não temos nada de novo a dizer.
A propaganda não é, e não pode ser, senão a repetição contínua e incansável daqueles princípios que nos devem servir de guia na conduta que devemos seguir nas várias contingências da vida.

Repetiremos, portanto, com termos mais ou menos diferentes, mas no fundo constantes, o nosso velho programa socialista-anarquista-revolucionário. [Versão de 1899]

O programa da União Anarquista Italiana é o programa comunista anarquista revolucionário, que já há 50 anos foi defendido na Itália no seio da I Internacional sob o nome de programa socialista, que mais tarde se distinguiu pelo nome de socialista-anarquista, e depois, a seguir e em reação à crescente degeneração autoritária e parla-

mentar do movimento socialista, se disse simplesmente anarquista. [Versão de 1920]

1. O QUE QUEREMOS

Acreditamos que a maior parte dos males que afligem os homens depende da má organização social; e que os homens, querendo e sabendo, podem destruí-los.

A sociedade atual é o resultado das lutas seculares que os homens travaram entre si. Não compreendendo as vantagens que podiam vir para todos da cooperação e da solidariedade, vendo em cada outro homem (salvo no máximo os mais próximos por vínculos de sangue) um concorrente e um inimigo, procuraram açambarcar, cada um para si, a maior quantidade de gozos possíveis, sem se importarem com os interesses dos outros.

Dada a luta, naturalmente os mais fortes, ou os mais afortunados, tinham que vencer, e de várias maneiras submeter e oprimir os vencidos.

Enquanto o homem não foi capaz de produzir mais do que aquilo que bastava estritamente para a sua preservação, os vencedores só podiam afugentar e massacrar os vencidos, e apoderar-se dos alimentos por eles recolhidos.

Depois, quando, com a descoberta da pastorícia e da agricultura, um homem pôde produzir mais do que necessitava para viver, os vencedores consideraram mais conveniente reduzir os vencidos à escravidão e fazê-los trabalhar para si.

Mais tarde, os vencedores perceberam que era mais cômodo, mais produtivo e mais seguro explorar o trabalho alheio com outro sistema: reter para si a propriedade exclusiva da terra e de todos os meios de trabalho, e

deixar nominalmente livres os espoliados, os quais então, não tendo meios de viver, eram obrigados a recorrer aos proprietários e a trabalhar por conta deles, nas condições que eles queriam.

Assim, pouco a pouco, através de toda uma rede complicadíssima de lutas de toda a espécie, invasões, guerras, rebeliões, repressões, concessões arrancadas, associações dos vencidos unidos para a defesa, e dos vencedores unidos para o ataque, chegou-se ao estado atual da sociedade em que alguns detêm hereditariamente a terra e toda a riqueza social, enquanto a grande massa dos homens, deserdada de tudo, é explorada e oprimida pelos poucos proprietários.

Disso dependem o estado de miséria em que se encontram geralmente os trabalhadores, e todos os males que da miséria derivam: ignorância, delitos, prostituição, deterioração física, abjeção moral, morte prematura. Daí a constituição de uma classe especial (governo), a qual, provida de meios materiais de repressão, tem missão de legalizar e defender os proprietários contra as reivindicações dos proletários; e então se serve da força que tem para criar para si mesma privilégios e submeter, se puder, à sua supremacia, até a própria classe proprietária. Daí a constituição de uma outra classe especial (o clero), a qual, com uma série de fábulas sobre a vontade de Deus, sobre a vida futura, etc., procura induzir os oprimidos a suportar docilmente a opressão, e tal como o governo, além de promover os interesses dos proprietários, promove também os seus próprios. Daí a formação de uma ciência oficial que é, em tudo o que puder servir aos interesses dos dominadores, a negação da verdadeira ciência. Daí o espírito patriótico, os ódios de raça, as guerras e as pazes armadas, às vezes mais desastrosas

que as próprias guerras. Daí o amor transformado em tormento ou em torpe mercado. Daí o ódio mais ou menos velado, a rivalidade, a suspeita entre todos os homens, a incerteza e o medo de todos.

Nós queremos mudar radicalmente esse estado de coisas. E porque todos esses males derivam da luta entre os homens, da procura do bem-estar feita por cada um por sua conta e contra todos, queremos remediá-los substituindo o ódio pelo amor, a concorrência pela solidariedade, a procura exclusiva do bem-estar próprio pela cooperação fraterna para o bem-estar de todos, a opressão e a imposição pela liberdade, a mentira religiosa e pseudocientífica pela verdade.

Portanto:

1. Abolição da propriedade privada da terra, das matérias primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém tenha meio de viver explorando o trabalho alheio, e todos, tendo garantidos os meios para produzir e viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se aos outros livremente, pelo interesse comum e conforme as próprias simpatias.
2. Abolição do governo e de todo o poder que faça a lei e a imponha aos outros: portanto, abolição de monarquias, repúblicas, parlamentos, exércitos, polícias, magistratura e toda e qualquer instituição dotada de meios coercivos.
3. Organização da vida social por obra de livres associações e federações de produtores e consumidores, feitas e modificadas segundo a vontade dos membros, guiados pela ciência, pela experiência e livres de toda a imposição que não derive das necessidades naturais,

a que cada um, vencido pelo próprio sentimento da necessidade inelutável, voluntariamente se submete.
4. Garantia dos meios de vida, de desenvolvimento e de bem-estar às crianças e a todos que são impotentes para cuidar de si próprios.
5. Guerra às religiões e a todas as mentiras, mesmo que se escondam sob o manto da ciência. Instrução científica para todos, até aos seus graus mais elevados.
6. Guerra às rivalidades e aos preconceitos patrióticos. Abolição das fronteiras e irmandade entre todos os povos.
7. Reconstrução da família de modo que resulte da prática do amor, livre de todo o vínculo legal, de toda a opressão econômica ou física, de todo o preconceito religioso.

Esse o nosso ideal.

2. VIAS E MEIOS

Expusemos em linhas gerais qual é o objetivo que queremos alcançar e qual o ideal pelo qual lutamos.

Mas não basta desejar uma coisa: se se quer realmente obtê-la, é preciso empregar os meios adaptados à sua realização. E esses meios não são arbitrários, mas derivam necessariamente do fim que se tem em vista e das circunstâncias nas quais se luta; pois se enganando na escolha dos meios, não se atinge o fim proposto, mas outro, talvez oposto, que é consequência natural, necessária, dos meios aplicados. Quem se põe a caminho e toma a estrada errada, não vai onde quer, mas onde o leva a estrada percorrida.

É necessário, portanto, dizer quais são os meios que, segundo nossa opinião, conduzem ao objetivo fixado, e que pretendemos aplicar.

O nosso ideal não é daqueles cuja realização depende do indivíduo considerado isoladamente. Trata-se de mudar o modo de viver em sociedade, de estabelecer entre os homens relações de amor e solidariedade, de alcançar a plenitude do desenvolvimento material, moral e intelectual, não para um indivíduo isolado, não para os membros de uma dada classe ou de um dado partido, mas para todos os seres humanos — e isto não é coisa que se possa impor pela força, mas deve surgir da consciência esclarecida de cada um, e concretizar-se mediante o livre consentimento de todos.

A nossa primeira tarefa, então, deve ser a de persuadir as pessoas.

É necessário que chamemos a atenção dos homens para os males que sofrem e para a possibilidade de destruí-los. É necessário que suscitemos em cada um a simpatia pelos males alheios e o desejo vivo pelo bem de todos.

A quem tem fome e frio, mostraremos como seria possível e fácil assegurar a todos a satisfação das necessidades materiais. A quem é oprimido e vilipendiado, diremos como se pode viver feliz numa sociedade de livres e iguais; a quem é atormentado pelo ódio e pelo rancor, apontaremos a via para alcançar, amando os seus semelhantes, a paz e a alegria do coração.

E quando tivermos conseguido fazer nascer na alma dos homens o sentimento de rebelião contra os males injustos e evitáveis dos quais se sofre na sociedade presente, e fazer compreender quais são as causas desses males e como depende da vontade humana eliminá-los;

quando tivermos inspirado o desejo vivo, prepotente, de transformar a sociedade para o bem de todos, então os convictos, por impulso próprio e pelo empurrão daqueles que lhes precederam na convicção, unir-se-ão, desejarão e poderão concretizar os ideais comuns.

Seria — já o dissemos — absurdo e em contradição com o nosso objetivo querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas, por meio da força. É preciso, portanto, contar com a livre vontade dos outros, e a única coisa que podemos fazer é provocar a formação e a manifestação de dita vontade. No entanto, seria igualmente absurdo e contrário ao nosso objetivo admitir que aqueles que não pensam como nós nos impeçam de realizar a nossa vontade, sempre que ela não lese o seu direito a uma liberdade igual à nossa.

Liberdade a todos, portanto, de propagar e experimentar as próprias ideias, sem outro limite além daquele que resulta naturalmente da igual liberdade de todos.

• • •

Mas a isso se opõem — e se opõem pela força bruta — aqueles que são os beneficiários dos atuais privilégios e que dominam e regulam toda a vida social presente.

Eles têm em mãos todos os meios de produção; e então suprimem não só a possibilidade de experimentar novos modos de convivência social, não só o direito dos trabalhadores de viver livremente com o seu trabalho, mas até o próprio direito à existência; e obrigam quem não é proprietário a deixar-se explorar e oprimir, se não quiser morrer de fome.

Eles têm polícias, magistraturas, exércitos, criados especialmente para defender os seus privilégios; e perseguem, prendem e massacram aqueles que querem abolir esses privilégios e que reivindicam os meios de vida e a liberdade para todos.

Zelosos dos seus interesses presentes e imediatos, corroídos pelo espírito de dominação, temerosos do futuro, eles, os privilegiados, são normalmente incapazes de um ímpeto generoso, são incapazes até de um entendimento mais amplo de seus próprios interesses. E seria loucura esperar que renunciassem voluntariamente à propriedade e ao poder, e se adaptassem para ser iguais àqueles que, hoje, estão a eles submetidos.

Deixando de lado a experiência histórica (a qual demonstra que nunca uma classe privilegiada se despojou, total ou parcialmente, dos seus privilégios, e nunca um governo abandonou o poder sem ser obrigado pela força ou pelo medo da força), bastam os fatos contemporâneos para convencer qualquer um de que a burguesia e os governos pretendem empregar a força material para se defenderem, não só contra a expropriação total, mas até contra as menores pretensões populares, e estão sempre prontos para as mais atrozes perseguições e os mais sangrentos massacres.

Ao povo que quiser emancipar-se, não resta outra via senão a de opor a força à força.

Resulta do que dissemos que devemos trabalhar para despertar nos oprimidos o desejo vivo de uma transformação social radical, e persuadi-los de que, unindo-se, eles têm força para vencer; devemos propagar o nosso ideal e preparar as forças morais e materiais necessárias para vencer as forças inimigas, e para organizar a nova sociedade. E quando tivermos força suficiente, devere-

mos — aproveitando as circunstâncias favoráveis que se produzirem, ou criando-as nós mesmos — fazer a revolução social, derrubando pela força o governo; expropriando pela força os proprietários; pondo em comum os meios de vida e de produção, e impedindo que novos governos venham impor a sua vontade e colocar obstáculos à reorganização social feita diretamente pelos interessados.

• • •

Tudo isso, porém, é menos simples do que poderia parecer à primeira vista.

Nós temos que lidar com os homens tal como são na atual sociedade, em condições morais e materiais desgraçadíssimas; e enganar-nos-íamos pensando que basta a propaganda para elevá-los ao desenvolvimento intelectual e moral que é necessário à concretização dos nossos ideais.

Entre o homem e o ambiente social há uma ação recíproca. Os homens fazem a sociedade como ela é e a sociedade faz os homens como eles são, e daí resulta uma espécie de círculo vicioso. Para transformar a sociedade é preciso transformar os homens, e para transformar os homens é preciso transformar a sociedade.

A miséria embrutece o homem, e para destruir a miséria é preciso que os homens tenham consciência e vontade. A escravidão educa os homens para serem escravos, e para se libertar da escravidão são necessários homens que aspirem à liberdade. A ignorância faz com que os homens não conheçam as causas dos seus males e não os saibam remediar, e para destruir a ignorância é preciso que os homens tenham tempo e meios para se instruírem.

O governo habitua as pessoas a sujeitarem-se à lei e a crerem que ela é necessária à sociedade; e, para abolir o governo, é preciso que os homens estejam persuadidos da sua inutilidade e do seu dano.

Como sair desse círculo vicioso?

Felizmente, a sociedade atual não foi formada pela vontade iluminada de uma classe dominante, que teria podido reduzir todos os dominados a instrumentos passivos e inconscientes dos seus interesses. Ela é o resultado de mil lutas intestinas, de mil fatores naturais e humanos agindo casualmente sem critérios diretivos; e assim, não há divisões nítidas nem entre os indivíduos nem entre as classes.

Infinitas são as variedades de condições materiais; infinitos são os graus de desenvolvimento moral e intelectual; e nem sempre — quase diremos, muito raramente — o posto que alguém ocupa na sociedade corresponde às suas faculdades e às suas aspirações. Muito frequentemente alguns indivíduos caem em condições inferiores àquelas a que se habituaram, e outros, por circunstâncias excepcionalmente favoráveis, conseguem elevar-se a condições superiores àquelas em que nasceram. Uma parte notável do proletariado já chegou a sair do estado de miséria absoluta, embrutecedora, ou nunca a ele pôde ser reduzida; nenhum trabalhador, ou quase nenhum, se encontra no estado de inconsciência completa, de aquiescência completa às condições que lhes colocam os patrões. E as próprias instituições, que são produtos da história, contêm contradições orgânicas que são como germes de morte, os quais se desenvolvendo, produzem a dissolução da instituição e a necessidade da transformação.

Daí a possibilidade do progresso — mas não a possibilidade de levar, por meio da propaganda, todos os

homens ao nível necessário para que queiram e realizem a anarquia, sem uma transformação anterior gradual do ambiente.

O progresso deve caminhar contemporânea e paralelamente nos indivíduos e no ambiente; devemos aproveitar todos os meios, todas as possibilidades, todas as ocasiões que nos deixar o ambiente atual, para agir sobre os homens e desenvolver a sua consciência e o seu desejo; devemos utilizar todos os progressos na consciência dos homens para induzi-los a reclamar e impor as maiores transformações sociais que forem possíveis e que melhor sirvam para abrir a via a progressos ulteriores.

Nós não devemos esperar poder realizar a anarquia e, assim, limitar-nos à simples propaganda. Se fizéssemos assim, depressa teríamos esgotado o campo de ação; teríamos convertido certamente todos aqueles que, no ambiente atual, são suscetíveis de compreender e aceitar as nossas ideias, e a nossa ulterior propaganda ficaria estéril; ou, se transformações de ambiente elevassem novos estratos populares à possibilidade de receber ideias novas, isso aconteceria sem nosso trabalho, talvez mesmo contra ele, e portanto em prejuízo das nossas ideias.

Devemos fazer com que o povo, na sua totalidade ou nas suas frações, exija, imponha e tome para si todas as melhorias e todas as liberdades que deseja, à medida que for sentindo a sua necessidade e tenha força para impô-las; e, propagandeando sempre nosso programa integralmente, e lutando sempre pela sua aplicação completa, devemos incitar o povo a pretender e a impor sempre mais, enquanto não tiver alcançado a emancipação completa.

3. A LUTA ECONÔMICA

A opressão que pesa hoje mais diretamente sobre os trabalhadores, e que é a causa principal de todas as sujeições morais e materiais a que os trabalhadores estão submetidos, é a opressão econômica, vale dizer, a exploração que os patrões e os comerciantes exercem sobre eles, graças ao açambarcamento de todos os grandes meios de produção e de troca.

Para suprimir radicalmente e sem perigo de retorno essa opressão, é necessário que o povo no seu conjunto esteja convencido do direito que tem ao uso dos meios de produção, e que concretize este seu direito primordial expropriando os detentores do solo e de todas as riquezas sociais, e colocando-os à disposição de todos.

Mas é possível, agora mesmo, partir para essa expropriação? Pode-se, hoje, passar diretamente, sem graus intermédios, do inferno em que se acha agora o proletariado ao paraíso da propriedade comum?

Os fatos demonstrarão do que os trabalhadores são hoje capazes.

Tarefa nossa é a de preparar o povo, moral e materialmente, para essa necessária expropriação; e tentar e renovar a tentativa, toda vez que um abalo revolucionário nos apresentar a ocasião, até ao triunfo definitivo. Mas de que modo podemos preparar o povo? De que modo preparar as condições que tornem possíveis, não só o fato material da expropriação, mas a utilização, em vantagem de todos, da riqueza comum?

Dissemos anteriormente que só a propaganda, falada ou escrita, é impotente para conquistar para as nossas ideias a grande massa popular. É preciso uma educação prática, que seja causa e efeito de uma gradual trans-

formação do ambiente. É necessário, à medida que se desenvolva aos trabalhadores o sentido de rebelião contra os injustos e inúteis sofrimentos de que são vítimas, e o desejo de melhorar as suas condições, que eles, unidos e solidários entre si, lutem pela realização do que desejam.

E nós, como anarquistas e trabalhadores, devemos provocá-los e encorajá-los para a luta e lutar com eles.

Mas são possíveis, em regime capitalista, essas melhorias? São elas úteis, do ponto de vista da futura emancipação integral dos trabalhadores?

Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, a utilidade principal está na própria luta. Com ela, os operários aprendem a ocupar-se dos seus interesses de classe, aprendem que o patrão tem interesses opostos aos seus, e que não podem melhorar as suas condições, e ainda menos emancipar-se, senão unindo-se e tornando-se mais fortes que os patrões. Se conseguirem obter aquilo que querem, estarão melhor: ganharão mais, trabalharão menos, terão mais tempo e mais força para refletir sobre as coisas que lhes interessam, e logo sentirão desejos maiores, necessidades maiores. Se não conseguirem, serão conduzidos a estudar as causas do insucesso e a reconhecer a necessidade de maior união, de maior energia; e compreenderão, enfim, que para vencer de modo seguro e definitivo é necessário destruir o capitalismo. A causa da revolução e a causa da elevação moral do trabalhador e da sua emancipação só podem ganhar com o fato de os trabalhadores se unirem e lutarem pelos seus interesses.

Mas, uma vez mais, é possível que os trabalhadores consigam, no atual estado de coisas, melhorar realmente as suas condições?

Isso depende do concurso de uma infinidade de circunstâncias.

Apesar do que dizem alguns, não existe uma lei natural (lei dos salários) que determine a parte que vai para o trabalhador do produto do seu trabalho; ou, se uma lei se quer formular, ela não poderia ser senão esta: o salário não pode descer *normalmente* abaixo daquele tanto que é necessário à vida, nem pode *normalmente* subir tanto que não deixe nenhum lucro ao patrão.

É claro que no primeiro caso os operários morreriam e assim não receberiam mais salário, e no segundo os patrões deixariam de dar trabalho e, assim, não pagariam mais salários. Mas entre esses dois extremos impossíveis, há uma infinidade de graus, que vão das condições miseráveis de muitos trabalhadores agrícolas até àquelas quase decentes dos operários das boas profissões nas grandes cidades.

O salário, a duração da jornada e todas as outras condições de trabalho são o resultado da luta entre patrões e empregados. Os primeiros procuram dar aos empregados o mínimo que puderem e fazê-los trabalhar até ao exaurimento completo; os segundos procuram, ou deveriam procurar, trabalhar o mínimo e ganhar o máximo que puderem. Onde os trabalhadores se contentam com tudo, ou, mesmo estando descontentes, não sabem opor válida resistência aos patrões, são depressa reduzidos a condições animalescas de vida; onde, ao contrário, eles têm um conceito um tanto ou quanto elevado do modo como deveriam viver os seres humanos, e sabem unir-se e, mediante a recusa a trabalhar e a ameaça latente ou explícita de revolta, impor respeito aos patrões, aí eles são tratados de modo relativamente suportável. De modo que pode dizer-se que o salário, dentro de certos limites,

é aquele que o operário (não como indivíduo, entenda-se, mas como classe) exige.

Lutando e, portanto, resistindo contra os patrões, os trabalhadores podem impedir, até certo ponto, que as suas condições piorem; e também obter melhorias reais. E a história do movimento operário já demonstrou essa verdade.

É necessário, porém, não exagerar o alcance dessa luta travada entre operários e patrões no terreno exclusivamente econômico. Os patrões podem ceder, e muitas vezes cedem, perante as exigências operárias energicamente expressas, enquanto não se tratarem de pretensões demasiado grandes; mas quando os operários começassem (e é urgente que comecem) a pretender um tratamento tal que absorveria todo o lucro dos patrões e constituiria assim uma expropriação indireta, é certo que os patrões fariam apelo ao governo e procurariam forçar os operários a ficar na sua posição de escravos assalariados.

E mesmo antes, bem antes que os operários possam pretender receber em compensação do seu trabalho o equivalente de tudo o que produziram, a luta econômica torna-se impotente para continuar a produzir a melhoria das condições dos trabalhadores.

Os operários produzem tudo, e sem eles não se pode viver: então poderia parecer que, recusando trabalhar, eles pudessem impor tudo o que querem. Mas a união de todos os trabalhadores, mesmo de uma só profissão, mesmo de um só país, é difícil de obter; e à união dos operários opõe-se a união dos patrões. Os operários vivem de jornadas e, se não trabalharem, depressa ficam sem pão; enquanto os patrões dispõem, por meio do dinheiro, de todos os produtos já acumulados, e assim podem

tranquilamente esperar que a fome tenha reduzido seus assalariados à discrição. A invenção ou a introdução de novas máquinas torna inútil o trabalho de um grande número de operários e aumenta o grande exército dos desocupados, que a fome obriga a venderem-se a quaisquer condições. A imigração logo traz, nos países onde os operários conseguem estar melhor, multidões de trabalhadores famélicos que, querendo ou não, oferecem aos patrões um modo para rebaixar os salários. E todos esses fatos, derivados necessariamente do sistema capitalista, chegam a contrabalançar o progresso da consciência e da solidariedade operária: muitas vezes caminham mais depressa que esse progresso, parando-o e destruindo-o. E, em todo caso, resta sempre o fato primordial de que a produção, em sistema capitalista, é organizada por cada capitalista para o seu lucro individual e não para satisfazer, como seria natural, do melhor modo possível as necessidades dos trabalhadores. Daí a desordem, o desperdício de forças humanas, a escassez intencional dos produtos, os trabalhos inúteis e danosos, a desocupação, as terras incultas, o pouco uso das máquinas etc. — todos males que não se podem evitar, a não ser tirando dos capitalistas a posse dos meios de trabalho e, assim, a direção da produção.

Depressa, portanto, se apresenta aos operários que pretendam emancipar-se, ou mesmo só melhorar seriamente as suas condições, a necessidade de atacar o governo, o qual, legitimando o direito de propriedade e defendendo-o pela força bruta, constitui uma barreira diante do progresso, que é preciso abater pela força, se não se quiser ficar indefinidamente no estado atual ou pior.

Da luta econômica é preciso passar à luta política, isto é, à luta contra o governo; e, em vez de opor aos milhões dos capitalistas os magros cêntimos acumulados pelos operários, é preciso opor aos fuzis e aos canhões que defendem a propriedade os melhores meios que o povo puder encontrar para vencer a força pela força.

4. A LUTA POLÍTICA

Por luta política entendemos a luta contra o governo. Governo é o conjunto daqueles indivíduos que detêm o poder, seja como for adquirido, de fazer a lei e a impor aos governados, isto é, ao público.

Consequência do espírito de domínio e da violência com que alguns homens se impõem aos outros, ele é ao mesmo tempo criador e criatura do privilégio e seu defensor natural.

Diz-se erroneamente que o governo cumpre hoje a função de defensor do capitalismo, mas que, abolido o capitalismo, ele se tornaria representante e gerente dos interesses gerais. Antes de tudo, o capitalismo não poderá ser destruído senão quando os trabalhadores, uma vez escorraçado o governo, tomarem posse da riqueza social e organizarem a produção e o consumo no interesse de todos, por si mesmos, sem esperar pela obra de um governo, que, mesmo querendo, não seria capaz de realizá-la.

Mas há mais: se o capitalismo fosse destruído, e se deixasse subsistir um governo, este, mediante a concessão de todo o tipo de privilégios, iria criá-lo de novo, visto que, não podendo contentar a todos, teria necessidade de uma classe economicamente poderosa que o apoiasse em troca da proteção legal e material que recebe.

Por conseguinte, não se pode abolir o privilégio e estabelecer solida e definitivamente a liberdade e a igualdade social senão abolindo o governo — não este ou aquele governo, mas a própria instituição do governo.

Porém, nisso, como em todos os fatos de interesse geral, mais do que em qualquer outro, é necessário o consenso de todos; e, por isso, devemos esforçar-nos para persuadir as pessoas de que o governo é inútil e danoso, e que se pode viver melhor sem governo.

Mas, como já repetimos, só a propaganda é impotente para convencer todos — e se quiséssemos nos limitar só a pregar contra o governo, esperando, de outro modo inertes, o dia em que o público será convencido da possibilidade e da utilidade de abolir completamente toda a espécie de governo, esse dia nunca chegaria.

Sempre pregando contra toda a espécie de governo, sempre reclamando a liberdade integral, nós devemos favorecer todas as lutas pelas liberdades parciais, convictos de que na luta se aprende a lutar, e que, começando a saborear um pouco de liberdade, acaba-se por querê-la toda. Devemos sempre estar com o povo, e quando não conseguirmos fazer com que ele deseje muito, devemos fazer com que, ao menos, ele comece a desejar algo; e devemos esforçar-nos para que aprenda, queira ele muito ou pouco, a obter por si mesmo o que quer, e que tenha ódio e desprezo por qualquer um que esteja no governo ou para lá queira ir.

Uma vez que o governo tem hoje o poder de, mediante as leis, regular a vida social e alargar ou restringir a liberdade dos cidadãos, nós, não podendo ainda arrancar-lhe este poder, devemos procurar diminuí-lo e obrigar o governo a fazer dele o uso menos danoso possível. Mas devemos fazer isso estando sempre fora e contra o go-

verno, pressionando-o mediante a agitação nas ruas, ameaçando tomar à força aquilo que se exige. Nunca devemos aceitar qualquer função legislativa, seja ela geral ou local, pois assim diminuiremos a eficácia da nossa ação e trairemos o futuro da nossa causa.

• • •

A luta contra o governo resolve-se, em última análise, em luta física, material.

O governo faz a lei. Ele então deve ter uma força material (exército e polícia) para impor a lei, pois de outro modo só obedeceria quem quisesse, e a lei já não seria lei, mas uma simples proposição que cada um é livre para aceitar ou rejeitar. E os governos têm essa força, e dela se servem para poder, com as leis, fortificar o seu domínio e promover os interesses das classes privilegiadas, oprimindo e explorando os trabalhadores.

O limite à opressão do governo é a força que o povo se mostra capaz de opor-lhe.

Pode haver conflito aberto ou latente, mas há sempre conflito, pois o governo não se detém diante do descontentamento e da resistência populares, a não ser quando sente o perigo da insurreição.

Quando o povo se submete docilmente à lei, ou o seu protesto é fraco e platônico, o governo faz o que lhe aprouver sem se importar com as necessidades populares; quando o protesto se torna vivo, insistente e ameaçador o governo, conforme seja mais ou menos iluminado, cede ou reprime. Mas sempre se chega à insurreição, pois, se o governo não cede, o povo acaba por se rebelar, e, se o governo cede, o povo adquire confiança em si mesmo e exige cada vez mais, até que a incompatibilidade entre

a liberdade e a autoridade se torne evidente e estale o conflito violento.

É necessário, portanto, preparar-se moral e materialmente para que, ao estalar da luta violenta, a vitória fique com o povo.

• • •

A insurreição vitoriosa é o fato mais eficaz para a emancipação popular, pois o povo, uma vez sacudido o jugo, torna-se livre para criar as instituições que crê melhores, e a distância que há entre a lei, sempre retardatária, e o grau de civilização a que chegou a massa da população, é atravessada por um salto. A insurreição determina a revolução, isto é, a rápida atuação das forças latentes acumuladas durante a precedente evolução.

Tudo depende do que o povo é capaz de querer.

Nas insurreições passadas, o povo, inconsciente das razões verdadeiras dos seus males, quis sempre muito pouco, e muito pouco conseguiu.

O que quererá na próxima insurreição?

Isso depende em parte da nossa propaganda e da energia que soubermos demonstrar.

Nós deveremos incitar o povo a expropriar os proprietários e a pôr em comum as coisas, e a organizar a vida social por si mesmo, em associações livremente constituídas, sem esperar ordens de ninguém e recusando nomear ou reconhecer qualquer governo que seja, qualquer corpo constituído que, sob um nome qualquer (constituinte, ditadura, etc.) se atribua, nem sequer a título provisório, o direito de fazer a lei e de impor aos outros a sua vontade pela força.

E se a massa do povo não corresponder ao nosso apelo, nós deveremos — em nome do nosso direito de ser livres, mesmo que outros queiram continuar escravos, e pela eficácia do exemplo — aplicar, por nós mesmos, o máximo que pudermos, as nossas ideias; não reconhecer o novo governo, manter viva a resistência, fazer com que as localidades onde as nossas ideias forem simpaticamente acolhidas se constituam em *comunidades anárquicas*, rejeitem toda a ingerência governativa, estabeleçam livres relações com outras localidades e pretendam viver a seu modo.

Deveremos, sobretudo, opor-nos por todos os meios à reconstituição da polícia e do exército, e aproveitar a ocasião propícia para incitar os trabalhadores das localidades não anárquicas a aproveitar a falta de força repressiva para impor as maiores reivindicações que conseguirmos promover.

E seja como forem os resultados, continuar sempre a lutar, sem um instante de interrupção, contra os proprietários e contra os governantes, tendo sempre em vista a emancipação completa, econômica, política e moral de toda a humanidade.

5. CONCLUSÃO

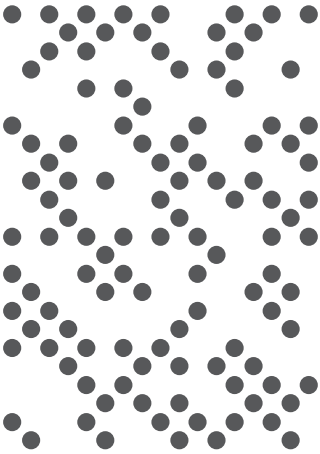
Queremos, portanto, abolir radicalmente a dominação e a exploração do homem pelo homem, queremos que os homens, irmanados por uma solidariedade consciente e desejada, cooperem todos voluntariamente para o bem-estar de todos; queremos que a sociedade seja constituída com o fim de fornecer a todos os seres humanos os meios para alcançar o máximo de bem-estar

possível, o máximo de desenvolvimento moral e intelectual possível; queremos pão, liberdade, amor e ciência para todos.

E, para alcançar esse fim supremo, nós cremos necessário que os meios de produção estejam à disposição de todos, e que nenhum homem ou grupo de homens possa obrigar os outros a submeterem-se à sua vontade, nem exercer a sua influência de outro modo que não seja pela força da razão e do exemplo.

Portanto: expropriação dos detentores do solo e do capital em vantagem de todos e abolição do governo.

E, enquanto esperamos que isso possa ser feito: propaganda do ideal, organização das forças populares; luta contínua, pacífica ou violenta segundo as circunstâncias, contra o governo e contra os proprietários, para conquistar o máximo que se puder de liberdade e de bem-estar para todos.



Este livro foi composto com as fontes das famílias tipográficas **LORA** para seu texto corrido e **OSWALD** para as titulações. Para esta tiragem, imprimiu-se o miolo em monocromia digital sobre papel offwhite 80 g/m² e a capa em policromia sobre papel cartão 250 g/m², sob a demanda da **Organização Socialista Libertária (OSL)**.